

política



Fachada da entrada da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), no Setor Policial Sul, em Brasília. Pedro Ladeira - 20 out. 21/Folhapress

PF afirma que software da Abin tentou invadir rede de telefonia

Tim não comenta, e agência de inteligência diz não ter acesso a esses dados

Thaís Oliveira e Fabio Serapiao

ANÁLISE Um dos elementos que foram utilizados pela Polícia Federal para indicar a ilegalidade no uso do software espião pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) é um e-mail sobre a suposta tentativa de invasão da rede da operadora Tim. Procurada, a operadora de telefonia disse que não vai comentar o assunto. De acordo com a apuração da PF, o FirstMile, centro da investigação que deu origem à Operação Última Milha. Essa operação prendeu oficiais e fez buscas contra servidores da Abin, invadida a rede de telefonia brasileira para rastrear a localização do celular de qualquer pessoa a partir dos dados enviados para torres

de telecomunicação. A suspeita dos investigadores é de que a ferramenta tenha sido usada de forma indevida durante a gestão do hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL) para espionar desastros políticos de Bolsonaro. Entre os alvos, a PF inclui professores, advogados, políticos e jornalistas, que não foram identificados. Ao invadir a rede de telefonia, a operadora de telefonia disse que não vai comentar o assunto. De acordo com a apuração da PF, o FirstMile, centro da investigação que deu origem à Operação Última Milha. Essa operação prendeu oficiais e fez buscas contra servidores da Abin, invadida a rede de telefonia brasileira para rastrear a localização do celular de qualquer pessoa a partir dos dados enviados para torres

de telecomunicação. A suspeita dos investigadores é de que a ferramenta tenha sido usada de forma indevida durante a gestão do hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL) para espionar desastros políticos de Bolsonaro. Entre os alvos, a PF inclui professores, advogados, políticos e jornalistas, que não foram identificados. Ao invadir a rede de telefonia, a operadora de telefonia disse que não vai comentar o assunto. De acordo com a apuração da PF, o FirstMile, centro da investigação que deu origem à Operação Última Milha. Essa operação prendeu oficiais e fez buscas contra servidores da Abin, invadida a rede de telefonia brasileira para rastrear a localização do celular de qualquer pessoa a partir dos dados enviados para torres

sando e testando novos métodos para acessar "a rede da Tim porque havia sido barrada pela operadora. Estamos pesquisando e testando novos métodos para acessar a rede da Tim, mas até o momento a Tim está bloqueando todas as nossas tentativas de acesso à rede. O momento informado assim que houver necessidade nos nossos testes", diz trecho do documento obtido pela Folha. O e-mail foi enviado para um servidor da Abin que foi alvo de busca pela PF e tinha como responsabilidade a gestão do contato para o uso do software.

Ao pedir o afastamento do servidor, a PF disse que ele tinha "plena ciência da característica intrínseca da ferramenta", tanto que questionou, na condição de fiscal do contrato, o fato de empresa forne-

cedora ter perdido a eficácia em relação à operadora Tim. A PF afirma que desde o início a Abin sabia do caráter invasivo do software e de sua capacidade de invadir a rede de telefonia nacional. Para os investigadores, já na proposta comercial, a empresa Sentech (atual Cognite) informou o uso da ferramenta de "estrutura de telefonia no exterior (SST) para simular chamadas em roaming, inclusive valendo-se de envios de SMS Spoofing, resultando na manipulação dos sinais da rede de telefonia".

SMS Spoofing é um termo utilizado para designar mensagens enviadas mediante um golpe em que o número remetente é "falsificado", de modo a persuadir a pessoa a acessar os conteúdos. "O Estado brasileiro, portanto, efetuou o pagamento

“O Estado brasileiro efetuou o pagamento de R\$ 5 milhões para empresa estrangeira realizar ataques sistemáticos a rede de telefonia nacional para comercializar dados pessoais sensíveis que resultaram na disponibilização da geolocalização de diversos cidadãos brasileiros sem qualquer ordem jurídica

Polícia Federal em relatório sobre uso do software espião pelo governo de Jair Bolsonaro (PL)

de R\$ 5 milhões para empresa estrangeira realizar ataques sistemáticos a rede de telefonia nacional para comercializar dados pessoais sensíveis que resultaram na disponibilização da geolocalização de diversos cidadãos brasileiros sem qualquer ordem jurídica", diz relatório da investigação. A PF afirma ainda que a Abin, "orgão ípsilon" do sistema de inteligência brasileiro, não só se aproveitou das vulnerabilidades da rede de telefonia nacional, como também estimulou as tentativas de invasão.

"As diligências de alta complexidade empregadas, até o presente momento, revelaram a reiteração de invasão da rede de telefonia nacional, fundamentada pelo órgão ípsilon do Sistema de Inteligência Brasileiro. Noutros termos, há aplicação de recursos públicos federais em solução tecnológica que explora vulnerabilidades da rede de telefonia nacional".

A análise preliminar dos dados da Abin identificou 6 mil usos da ferramenta e 21 mil números de telefone alvos de busca pelo software. A investigação ressalta, no entanto, que as tabelas do banco de dados têm inconsistências que "podem indicar a falta de integridade dos dados" ou "alteração indevida".

"As diligências policiais indicaram a utilização do sistema sem a devida motivação prévia e expressa em desatendimento aos procedimentos de produção de conhecimento de inteligência da Abin reforçando a possibilidade de detecção de números pesquisados", diz a corporação.

O software foi comprado por R\$ 5 milhões da Intelend e Cognite, com dispensa de licitação, no final do governo Michel Temer, em 2016. A PF também decidiu investigar o Exército depois que a Folha mostrou que a instituição havia adquirido o sistema.

Procurada, a Cognite não respondeu aos contatos da reportagem.

Em nota, a Abin afirmou que atualizou todos os procedimentos dos fatos envolvendo o contrato "por meio de um relatório de correção estrutural aberto em gestão passada e considerado insuficiente pela atual administração".

Diante disso, a agência afirma que determinou a instauração imediata de sindicância e ampla cooperação com a Polícia Federal no inquérito que apura o caso, que corre em sigilo.

"A agência acrescenta ainda que a sindicância instaurada pela Abin foi avocada pela Controladoria-Geral da União. Desta forma, por se tratar de matéria de sindicância e de inquérito sob sigilo, a administração da Abin ainda não teve acesso aos fatos levantados pelas apurações."

Jornal O Clarim foi pioneiro contra racismo e deu voz ao movimento negro há 100 anos

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Há 100 anos, a criação de um jornal na cidade de São Paulo marcou o pioneirismo em relatos contra o racismo e a ampliação do espaço ao movimento negro. Fundado no dia 6 de janeiro de 1924 pelos intelectuais negros Jayme de Aguiar e José Correia Leite, o Clarim da Voz da Raça foi referência na polêmica do debate da questão racial, diz Flávio Thales Ribeiro Franco, doutor em história social pela USP (Universidade de São Paulo) e professor da UFABC (Universidade Federal do ABC).

Embora outros jornais já debatesssem questões ligadas ao que chamavam de "preconceito de cor", termo usado na época, o Clarim intensificou o caráter noticioso e combativo anos após seu surgimento, quando mesclava denúncias de racismo com conteú-

do de entretenimento. "Em 1928, O Clarim se consolidou como jornal político. Isso teve a ver com o contexto racial. O movimento negro acompanhou o processo de articulação de agendas baseadas em diferentes correntes ideológicas. Na época, o debate público referenciava a luta com a Revolução de 1932", diz. Segundo Francisco, especialistas identificam a formação da imprensa negra no século 19, quando o foco era debater a escravidão e a situação dos negros livres. Após a abolição, em 1888, as publicações propõem debates sobre a nova condição dos negros.

De forma similar, O Clarim focou a importância da educação para a população negra e os limites da abolição imediata. "Tinha lá a importância de se criar uma segunda abolição, porque a primeira abolição, porque a primeira abolição não foi suficiente para dar conta da integra-

ção da população negra", diz. O jornal também circulou em cidades paulistas como São Carlos e Sorocaba, e em capitais como Salvador e Rio de Janeiro, diz Maria Cláudia Ferreira, doutora em história, política e bens culturais pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e professora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Chegou ainda aos Estados Unidos e, no Brasil, abriu espaço para divulgar conteúdos de jornais norte-americanos.

Suas páginas apresentaram poemas, biografias de abolicionistas e divulgação de dados importantes para a comunidade negra, além de discussões sobre como enfrentar o racismo. Hoje, o jornal é considerado por historiadores um material importante para compreender que acontecia com os negros brasileiros no século 20, afirma Ferreira. "Noti-

cou situações de racismo ignoradas pela imprensa nacional e local, que acabava não retratando parte da realidade da sociedade paulistana". Segundo João Paulo Lopes, doutor em história política pela Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e professor do Instituto Federal do Sul de Minas, o jornal se destacou pela longevidade e regularidade. A periodicidade variou entre semanal, mensal e trimestral, e sua tiragem chegou a 5.200 exemplares.

Bem-sucedido na época e com oficina gráfica própria, O Clarim sofreu um baque em 1932, quando foi depredado por integrantes da Frente Negra Brasileira, a quem começou a fazer oposição. Segundo Lopes, a invasão se deu a partir de um acordo pessoal entre Correia Leite, um dos fundadores do jornal, e os irmãos Afrânio e João Santos e Isaltino Veiga dos San-



Capa do jornal O Clarim da Voz da Raça, de 3 de junho de 1928. Reprodução

tos, que presidiam a Frente. Leite ainda tentou revitalizar o periódico, lançou alguns números em 1935 e fez uma última tentativa em 1940, mas a publicação não continuou.

O jornal se destaca também pela insistência desse homem [Leite], uma figura muito importante do movimento negro do século 20", afirma Lopes.

José Correia Leite nasceu em 1900, em São Paulo. Filho de mãe negra e pai branco que não se reconheceu, é considerado um dos nomes mais importantes do movimento negro e da imprensa negra brasileira. Ele ajudou a fundar, em 1931, a Frente Negra Brasileira, com quem depois rompeu. Em 1932, fundou o Clube Negro de Cultura Social. Criou a Revista Nêgr, em 1936, e colaborou com as publicações A Voz da Raça e O Mutirão, dentre outras iniciativas. Jayme de Aguiar foi outro importante ativista do movimento. Filho de família abastada, nasceu e cresceu em São Paulo. Atuou em publicações como O Desolado e O Patriciano.

Segundo Lopes, um dos principais méritos de O Clarim foi dar voz a um público que não aparecia ou era retratado de maneira pejorativa na imprensa comercial. "Ter um jornal era essencial para divulgar outra narrativa sobre a população negra", afirma Lopes. "Sair do lugar de subalterno e falar, escrever, concorrer com outras visões da história".